

# traduzir as aspirações coletivas

(depoimentos a Rubens de Almeida)

**M**as o que pensam as pessoas que trabalham no Laboratório de Habitação? Aqui são reproduzidos vários depoimentos de professores e alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Belas Artes, que comentam o significado da experiência, suas origens e as perspectivas da interação universidade e movimento popular. Participam do debate os professores/orientadores arquitetos Joan Villá, Carlos Roberto (Mancha), Nabil Bonduki, Marcos Osello, Antonio Carlos Sant'Anna e os alunos Jerônimo Leiva Lima, Marta Menzer, Paula Samira, Carlos Eduardo Miño, Paula Valéria, Silvana Rodrigues e Jefferson Bunder, todos monitores do Lab/Hab.

**Mancha** - O laboratório se viabilizou graças à iniciativa da Escola de Belas Artes em investir na ideia. Talvez até como uma forma de se diferenciar das outras faculdades de arquitetura do país. De qualquer modo, o Laboratório vale por ser um espaço para se repensar dinamicamente o fazer do arquiteto, reciclando sua prática profissional e a produção de conhecimento na área. Buscamos romper com os limites da prancheta, do acadêmico, sem, no entanto, abandoná-la — uma doença comum nos anos 70. Aqui, tenta-se buscar a dialética entre a prancheta e a obra.

*“É preciso retornar às origens da arquitetura e enxergar o projeto de uma forma mais viva”*

**Villá** - De certa forma, rompemos com o circuito fechado que a profissão acabou por se colocar ao se burocratizar, ao transformar o projeto numa peça burocrática, de escritório. Por isso, acreditamos, é preciso retornar às origens da arquitetura, aos pontos de partida, a reconhecer a própria obra, e a partir daí, enxergar o projeto de uma forma mais viva.

**Marcos** - O laboratório tem como metas principais a integração de três atividades simultaneamente: a prestação de serviços à população de baixa renda, a pesquisa acadêmica e o aspecto didático dos trabalhos. Ou seja, o retorno em termos de conhecimento prático para os alunos envolvidos. Através do contato direto, os estudantes começam a conhecer de perto os problemas das habitações precárias de aluguel, porões, cortiços e outros locais de submorádias, nos bairros da periferia. Tornam-se atentos para essas questões. Entram em cômodos sem janelas, com pé-direito de 1,8 m, um banheiro para 50 pessoas, umidade nas paredes, quartos sem piso: a realidade habitacional que é praticamente desconhecida nas escolas.

*“Para o estudante de arquitetura, não se trata mais de um projeto abstrato”*

**Nabil** - É também uma oportunidade de realizar um trabalho pluridisciplinar. Alunos e professores não se restringem a uma etapa do trabalho em relação às obras. Da teoria ao projeto, à

tecnologia, ao laboratório, partem para a prática da organização da população. Para o estudante, não se trata mais de um projeto abstrato, como outros que normalmente são feitos nas faculdades. É preciso avaliar os custos, aspectos construtivos e checar, em todos momentos, se os projetos correspondem aos desejos expressados pelos futuros moradores. O laboratório vai além do trabalho de projeto, portanto. O canteiro ganha uma dimensão especial e o principal desafio é descobrir como trabalhar junto com os “clientes” o desenvolvimento do projeto — um assunto que é polêmico até entre os profissionais que atendem ao mercado formal de arquitetura.

**Marcos** - Aqui pensamos e discutimos a cidade como um todo. E, por isso, a separação entre a arquitetura popular e a de elite, às vezes, se dilui. No trabalho com cortiços, por exemplo, en-

nos desaconselhavam partir para uma atividade prática, pois consideravam que seríamos mais um concorrente no mercado. Mas nesse mercado não existe concorrência. Não há arquiteto que atenda à população mais pobre. E o laboratório, de repente, faz exatamente isso.

**Villá** - Nossa experiência supera o escritório. Se vincula diretamente aos movimentos sociais. De certa forma, a gente acaba se envolvendo com a própria construção política dos movimentos populares. Hoje, a reivindicação básica dos movimentos é em relação à regularização da posse da terra que ocupam. É interessante lembrar que os favelados são posseiros urbanos e sua situação é sempre irregular do ponto de vista jurídico. E da solução para este problema, depende toda a luta da população, pois daí decorre a definição do próprio espaço, do habitat do povo e



contramos casarões encortiçados nos bairros mais tradicionais da cidade, onde o acervo arquitetônico é de maior valor, como Bela Vista, Campos Elíseos e Brás. Os alunos, então, podem estudar as duas coisas ao mesmo tempo: partir do valor histórico, social, humanístico daquela arquitetura, e avaliar o grau de deterioração da condição das moradias e da cidade, percorrendo um caminho bastante interessante.

**Jerônimo** - Eu venho de uma universidade federal do Sul do País. Lá também tínhamos a preocupação com o social, estudávamos o problema das favelas e cortiços, mas dentro das salas de aula, numa perspectiva teórica. Nunca houve uma atitude efetiva no sentido de pensar alternativas para melhorar as condições das moradias de baixa renda. Alguns professores, inclusive,

das possíveis características que ele pode ter. Até agora, o posicionamento oficial dos órgãos públicos não resolveu essa questão. A própria população não acredita que as autoridades darão uma solução para o problema.

O povo tem uma visão ambígua em relação à ação do Estado, principalmente no setor da habitação. Ao mesmo tempo em que ele tem uma tradição de ser receptor do populismo, da “política de favores”, e de já saber até manipular com ela de modo a se servir das migalhas que o poder pode dar — notadamente nas épocas de eleição, por outro, percebe-se o sentimento latente de descrença frente a qualquer iniciativa oficial do poder público. Talvez por isso, os movimentos organizados tentam equacionar as soluções para seus problemas sozinhos, procurando, com técnicos próprios, garantir uma certa autonomia

para a sempre inevitável confrontação com o Estado. Tanto no caso de invasões, quanto nas lutas pela posse da terra, urbanização de favelas e saneamento de cortiços.

**"Percebe-se o sentimento latente de descrença da população frente a qualquer iniciativa oficial"**

**Mancha** - E se a gente for ver, quando a população opta pelas invasões, cortiços, favelas é porque não vê outra forma de resolver seu problema de morar. Os mecanismos do SFH são inacessíveis a essa parcela da população e a auto-construção em terrenos da periferia — alternativa comum até alguns anos atrás, deixou de ser viável pra grande parte da classe trabalhadora, pois junto com o processo de periferização, caminhou a elevação dos preços da terra, a especulação imobiliária. Ao mesmo tempo, houve o incrível achatamento dos salários, que impediu a acumulação de fundos para a compra de materiais de construção, como essa população fazia no passado.

**Villá** - Essa é a origem dos movimentos de moradia: a autoconstrução individual deixou de ser saída. Assim, surgiram formas coletivas de pressionar o poder público na reivindicação básica: terra para morar. Nesse momento, foi fundamental a atuação das comunidades organizadas pela Igreja Católica nos bairros periféricos, que, de certa forma, continuam apoiando as lutas da população. Num segundo momento, o movimento começou a procurar os recursos para a construção das moradias e aí entrou a questão da assistência técnica. Começou a se configurar a busca por autonomia.

**Mancha** - Nesse caminhar do movimento social, o passo mais importante foi passar do enfrentamento individual, particular de cada família, para uma forma de atuação mais politizada, a partir da organização dos moradores. O Laboratório nasce com essa perspectiva. Nos últimos anos, houve, portanto, um salto qualitativo em termos de movimento popular e nós trabalhamos nesse campo, em projetos como o do Grajaú, Recanto da Alegria, Mauá e outras favelas que a gente dá assessoria. Locais que possuem algum processo de organização..., por isso mesmo vieram nos procurar.

**"Os movimentos populares compreendem que somente com um quadro técnico próprio podem manter o controle no processo de produção de habitações"**

**Villá** - Nessa busca por autonomia, os movimentos populares acabam compreendendo que somente com um quadro técnico próprio, podem manter o controle sobre o processo de produção de habitações. Hoje, nas áreas que atuamos, sentimos que os movimentos já percebem porque o projeto pode tornar-se uma ferramenta de luta. Também há a consciência de que todos os passos da construção precisam ser fiscalizados pela própria população, desde a compra de materiais, a análise dos custos e a execução da obra, pois todos procuram evitar os problemas de corrupção que comumente ocorrem na atuação dos órgãos públicos nessas funções.

**Nabil** - Nosso trabalho vai numa linha de criar

uma gestão popular do espaço urbano e dos investimentos públicos. Na visão dos professores que trabalham no Lab/Hab, este seria um grau mais avançado de democracia. E, ao darmos assessoria a esse pessoal, a gente, obviamente, entra dentro do quadro de organização política da sociedade. Na verdade, estamos instrumentalizando uma população que normalmente não teria acesso ao arquiteto. E, através dessa assessoria, estamos nos aproximando mais dos desejos da população. Sem essa presença junto aos movimentos, qualquer proposta de habitação popular tenderá a repetir os fatores correntes nas sociedades de massa, do capitalismo, que têm-se apresentado como soluções completamente inadequadas. Com o nosso trabalho, a expectativa geralmente conservadora das pessoas em relação à habitação, como a resistência à geminação, ao uso de paredes comuns, à socialização dos espaços, começa a ser quebrada. Ao mesmo tempo que informamos a população, ela vai percebendo novas formas de ocupação do espaço, discutindo alternativas. E vai descobrindo outros modos de morar. No decorrer do processo, ainda, as pessoas vão se conhecendo e ganhando condições de enfrentar mais organizadamente o conjunto de seus problemas, que vão muito além dos problemas de habitação.

**"A população descobre outros modos de morar"**

**Villá** - É importante esclarecer que estamos acompanhando o que é, talvez, a vanguarda do movimento social no país. Com certeza, porém, estas experiências terão, num futuro próximo, em todo país, um efeito demonstrativo muito grande. Mas a expressão que essas lutas possam vir a ter depende do conjunto de forças políticas que se articulam e quanto mais amplas elas forem, mais condições haverá no sentido de democratizar o Estado e a sociedade brasileira. A busca da autonomia tem como contraponto exatamente a descentralização do Estado. É um processo amplo, penoso. Nosso trabalho, assim como o próprio movimento popular, ainda está em fase embrionária. As condições onde ele se dá também são relativas e, por isso mesmo, as atividades do Laboratório trazem essa marca experimental. Todos os trabalhos vêm acompanhados de uma pesquisa não sistemática, meio sem uma hipótese definida, ao contrário do que se deveria esperar de uma pesquisa científica convencional. Para nós, é importante descobrir o que fazer, fazendo.

**"Para nós, é importante descobrir o que fazer, fazendo"**

Tudo está, ainda, muito amarrado ao Sistema Financeiro da habitação e às políticas do BNH. Mas com o caminhar, os movimentos começam a reivindicar o direito de contratar seus próprios técnicos. Aspiram um grau maior de participação no poder. E até mesmo o Estado tem buscado absorver essas iniciativas, promovendo a construção de conjuntos em mutirão. Mas formas de participação há muitas. Agora, a participação integral, autogestionária, parece ser a indicada pelos movimentos mais avançados. Em São Paulo, alguns já reivindicam a participação até mesmo em políticas mais gerais de solo urbano e dos recursos para a habitação. A partir do seu fortalecimento político, esses movimentos

aspiram um lugar na cidade. Mas, desenvolver que é natural que se alternem momentos de maior tensão, de euforia — como nações — e refluxos do movimento, pois o político de negociação com os órgãos públicos demorado, levando muitos ao desânimo.

**"O mutirão não é, nunca foi uma da população"**

**Sant'Anna** - Normalmente, o que ocorre que o Estado, aproveitando o discurso da "participação", acaba impondo uma série de condições aos movimentos e limita as possibilidades de projeto. Além disso, nenhum órgão público oferece a mínima infra-estrutura para que a população construa suas casas em mutirão. É importante lembrar que o mutirão, que está apresentado como a solução mais "democrática" de realizar obras públicas, não é e nunca foi uma opção da população. Mas, exatamente o contrário: a falta de opção. A política salarial recessão econômica achataram enormemente o salário dos trabalhadores e na falta absoluta de condições para aquisição de moradia, o mais pobre se vê na contingência de ter que construir sua própria casa, a duras penas suas poucas horas de descanso. Na medida em que o Estado não apresenta outras alternativas de política habitacional que não sejam fundamentadas no sobretrabalho, deveria, pelo menos, garantir condições mínimas para que os projetos-mutirão cheguem a bom termo.

**Mancha** - Voltando à perspectiva pedagógica de tudo isso. Ressalta-se no processo, a importância de se romper com os limites da sala de aula, com a separação entre o ensino e a produção social. Ao invés da experiência simulada, os movimentos entram de cabeça na problemática social política e profissional. Assim, tomam consciência da cidade como um todo. O próprio conceito de habitação se amplia.

**Paula** - É um outro lado da arquitetura que a gente vê aqui. Na escola, tudo é bonito, os projetos saem de acordo com os nossos desejos. Mas quando vamos para a rua, para o real, vemos coisas que não gostaríamos de ver. As condições são reais e a gente lida com pessoas que vivem dificuldades incríveis, em todos os níveis.

**Marta** - Tem esse lado social, da gente se envolver com as pessoas e seus problemas. E o contato é da maior importância, pois o trabalho que a gente desenvolveria para uma pessoa grana, que normalmente contrata projetos de arquitetura, seria completamente diferente. Aqui a gente trabalha com pessoas que realmente precisam de um espaço mais elaborado.

**"As linguagens e tecnologias populares se contrapõem à visão homogeneizadora dos projetos oficiais"**

**Villá** - Esse ponto é importante, pois, geralmente, as famílias de baixa renda não têm controle sobre seu habitat. A partir do trabalho conjunto com os técnicos do Lab/Hab, a população começa a ter condições de criar o espaço conforme seus próprios desejos. Com linguagens e tecnologias populares que se contrapõem à visão extremamente homogeneizadora dos projetos

GOVERNO (oláto bnta) com INTERLICE  
 ENTRE quem trabalha e quem RECEBE

normalmente oferecida pelo Estado nos conjuntos habitacionais.

Paula Valéria - Eu acho que o processo acaba modificando, inclusive, nossa perspectiva da arquitetura. É aquele papo do envolvimento. E, por mais que a gente desenvolvesse trabalhos de final de semestre sobre habitações populares para a escola, não teríamos as mesmas preocupações que a gente adquire depois de observar e conviver com o movimento social.

**"O Laboratório vem alimentar o processo de transformação do ensino e da prática da arquitetura"**

Villá - O projeto deixa de ser apenas uma peça gráfica, tornando-se um instrumento de luta que antecipa os anseios que todos têm sobre o

espaço a ser edificado. Ao mesmo tempo, os movimentos começam a exigir dos órgãos públicos, projetos de urbanização, equipamentos sociais e, dessa forma, começam a perceber que somente assim, interferindo diretamente na administração da cidade, estarão definindo seu espaço e o modo como desejam que ele seja criado. É a recusa da homogeneização dos conjuntos habitacionais padronizados, de tecnologias e linguagens estranhas. Nesse ponto, há o embricamento entre o aprendizado, o serviço profissional e os desejos do movimento popular. Há, efetivamente, o questionamento da tecnologia, dos modos de se produzir habitações. Não dá mais, portanto, para o arquiteto esquecer que além de projetar a ocupação do espaço, deve também ser o tradutor das aspirações daqueles que irão habitá-lo. Não se concebe mais projetos populares sem se conversar com a população. Vivemos uma situação-limite: e o Laboratório vem ali-

mentar o processo de transformação do ensino e da prática da arquitetura.

E se de um lado sabemos que não serão pequenos projetos que resolverão o déficit habitacional do país, de outro, também questionamos o que fazer com os cerca de 30 mil profissionais de arquitetura desempregados ou subempregados, que poderiam ser aproveitados nessa nova perspectiva de atuação profissional e numa política de habitação menos rígida. Hoje o governo controla todas as etapas de produção, desde a captação de recursos, controle dos fundos, definição das prioridades, escolha dos investimentos, contratação de projetistas, empreiteiros, até mesmo a confecção dos carnês de pagamento e o processo de cobrança dos mutuários. Ou seja, ele faz exatamente tudo. Não seria sua tarefa servir de interface entre os dois pólos — população e profissionais — em vez de assumir ele próprio todas as etapas na produção habitacional?

## e a experiência se amplia

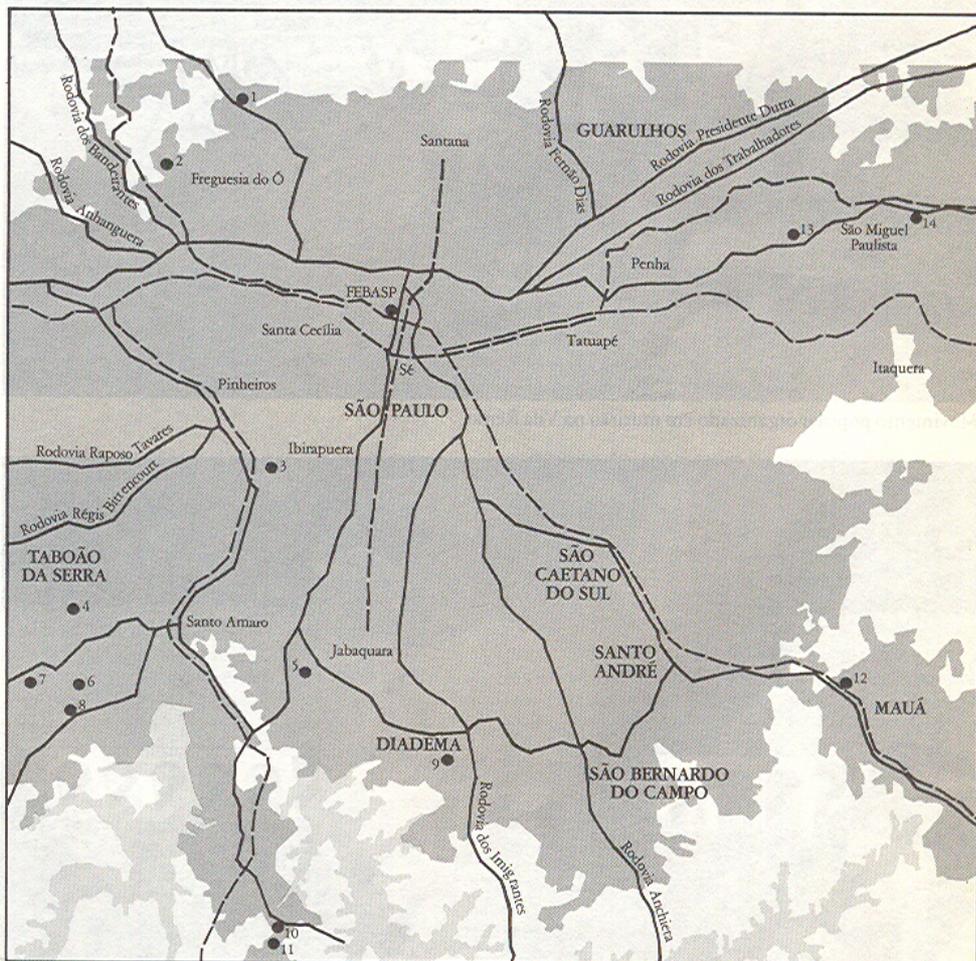
texto: Rubens de Almeida

Os primeiros trabalhos do Laboratório de Habitação da Belas Artes na assessoria de movimentos populares organizados aconteceram principalmente na Zona Sul de São Paulo, numa das regiões mais populosas da Capital. Ali ocorre uma ocupação urbana bastante desordenada e se desenvolvem várias lutas pela conquista de moradias, reunindo grande número de favelas e moradores de habitações precárias de aluguel.

A maioria delas decorre de um primeiro movimento, surgido a partir da invasão da propriedade do INPS na região, conhecida por Fazenda Itupu, no ano de 1981. Nessa época, os movimentos se autodenominavam "núcleos para a conquista de moradia na área de Vila Remo e Cidade Dutra", nomes dos bairros onde se formaram. Depois disso, muitos outros grupos se organizaram na reivindicação básica de núcleos habitacionais para atender à população de baixa renda e pela melhoria das condições de moradia de favelados. E o Lab/Hab acompanha o crescimento desses movimentos desde o início, tendo realizado experiências-piloto de reurbanização nas favelas de Vila Nova e Recanto da Alegria.

Após suas primeiras intervenções, em 82, o Lab/Hab começa a receber outras solicitações do movimento popular. Junto com a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos de São Paulo desenvolve um projeto de revitalização para a favela Nicodemus — na Vila Olímpia — depois dela ter sido completamente destruída por um incêndio. Em outra favela, a do Jardim Olinda, também na Zona Sul, o Laboratório auxilia a população avaliando o preço da gleba que ocupa para que o movimento possa negociá-la com o proprietário sem que este especule seu valor.

Projetos de melhoria das condições de habitação são levados ainda nas favelas do Oratório, município de Mauá (grande São Paulo), da União (zona Sul) e em cortiços das regiões centrais da metrópole. Nas favelas, o Laboratório presta ajuda técnica à reivindicação pela concessão do "direito real de uso", forma jurídica en-



### Localização das Intervenções

- |  |  |
|--|--|
| 1 - FNT - Centro de Estudos do Trabalhador | 8 - Vila Remo                              |
| 2 - Centro Comunitário de Pirubá           | 9 - Igreja de Diadema                      |
| 3 - Favela Nicodemus                       | 10 - Graú                                  |
| 4 - Favela Jardim Olinda                   | 11 - Recanto da Alegria                    |
| 5 - Favela da União                        | 12 - Favela do Jardim Oratório             |
| 6 - Parque Santo Antonio                   | 13 - Centro Comunitário Ermelino Matarazzo |
| 7 - Jardim Comercial                       | 14 - Praça de São Miguel                   |

— Rodovia ou Via Principal

— Ferrovia ou Metrô